

# MUDANÇA DE GESTÃO DE UM HOSPITAL PÚBLICO NO INTERIOR DA BAHIA: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES

**Karla Ewely de Almeida Magalhães Carvalho<sup>1</sup>; Aline Silva Gomes Xavier<sup>2</sup>; Isis Gois de Mattos do Prado<sup>3</sup>; Karoline Neris Cedraz<sup>4</sup>; Silvânia Sales de Oliveira<sup>5</sup>**

Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde Urgência e Emergência, email: ked\_gui@hotmail.com<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Tutora do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde Urgência e Emergência, email: asgx@ig.com.br<sup>2</sup>

Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde Urgência e Emergência, email: isisgmattos@gmail.com<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Bolsista Voluntária do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde Urgência e Emergência, email:karolinacedraz@gmail.com<sup>4</sup>

Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Saúde, Preceptora do Programa de Educação pelo Trabalho (PET) para a Saúde Urgência e Emergência, email: silenfuefs@yahoo.com.br<sup>5</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão em Saúde, Organizações em Saúde.

## INTRODUÇÃO

Atualmente a região de Feira de Santana onde está alocado o hospital público de grande porte, está vivenciando uma situação tênue devido à intenção do Governo estadual em mudar a gestão do hospital, para uma gestão através de contratação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) para gerenciar, operacionalizar e executar os seus serviços de saúde. As OSS são instituições do setor privado, que atuam em parceria com o poder público, de maneira que o governo empenha os recursos orçamentários para o custeio dos serviços (Pinto, 2004). Esse modelo de gestão transfere a terceiros a responsabilidade de ofertar determinado serviço, e que ao nosso ver representa a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) e, portanto, constitui-se uma ameaça ao que foi conquistado através de lutas sociais: o direito à saúde. Embora este tipo de gestão estabeleça pactuações entre a organização social e o poder público para que sejam controlados os objetivos estabelecidos. Na prática a adoção desse modelo traduz repercussões negativas não só para os usuários do sistema, mas também para os trabalhadores, para as instituições de ensino e para a administração pública. Desta forma, temos como objetivo relatar a experiência das integrantes do projeto PET-Saúde Urgência e Emergência sobre a possibilidade de mudança de gestão do hospital público no interior da Bahia em que atuam, no ano de 2013, durante as discussões e mobilizações realizadas diante desta possibilidade.

## MÉTODOS

Relato da experiência de integrantes do PET-Saúde/Urgência e Emergência e sua participação nas reuniões, mobilizações, reivindicações sobre a intenção do governo do estado em mudar a gestão do hospital, para uma gestão através de contratação de Organizações Sociais de Saúde (OS). Vale ressaltar que as manifestações contrárias à mudança de gestão aconteceram no próprio hospital fomentado pelos trabalhadores e sindicato de categoriais dos profissionais da saúde, assim como em outros espaços de discussão como Câmara Municipal, e na Universidade Estadual de Feira de Santana dentre outros espaços coletivos. Em grande parte das discussões realizadas houve a participação ativa dos integrantes do projeto PET-Saúde Urgência e Emergência. Essas atividades e ações ocorreram no primeiro semestre de 2013.

## RESULTADOS

Com base na participação nas discussões travadas em torno da questão aqui colocada, acreditamos que a decisão do Governo em promover a transição de gestão do hospital via OS tem como justificativa melhorar a eficiência administrativa e com isso aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos.

As OS é uma forma de gestão realizada por pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que, atendidos os requisitos legais, são tituladas pelo Poder Executivo, tornando-se aptas, mediante processo seletivo, a absorverem a gestão e execução de atividades/serviços não exclusivos do Estado previstos em Lei. As OS se constituem em importante aliado dos dirigentes públicos para o exercício da gestão na busca por mais e melhores serviços públicos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e institucional, proteção e preservação do meio ambiente, saúde, trabalho, ação social, cultura, esporte e agropecuária. (BAHIA, 2013).

A adoção do modelo de gestão por Organizações Sociais em comparação a gestão direta dos serviços pelo estado, haveria mais flexibilidade administrativa e sustentam que este modelo fundamenta-se no propósito de que a gestão dos serviços públicos por este modelo tenham a seu favor a flexibilidade administrativa e a possibilidade de captação de recursos extracontratuais, dentro de uma concepção administrativa por objetivos onde preponderam os resultados alcançados face às metas pactuadas, sem se descuidar dos princípios que regem a administração pública.

Entendemos que o modelo de gestão por Organização Social não deve ser entendida/compreendida como a única via para efetividade da ação pública com justificativa de melhoria da eficiência administrativa do estado e, sobretudo não deve ser realizada de maneira vertical sem discussão coletiva com os protagonistas do Hospital Geral Clériston Andrade (trabalhadores e usuários do serviço) como vem acontecendo em nível local.

E neste sentido essa decisão vem produzindo um intenso debate acerca dos rumos dessa gestão, principalmente porque foi discutida entre as instâncias do governo sem a participação dos trabalhadores e da população local e usuários do SUS. A indignação, inicialmente dos trabalhadores do hospital, se deu após a publicação do edital de publicização do hospital de forma inesperada no início desse ano e pela forma como o governo vem sucateando propositalmente o hospital para tornar a mudança de gestão viável. A partir daí foram organizadas mobilizações constantes, com engajamento dos funcionários do hospital, do sindicato, da sociedade civil e acadêmicos de cursos da área da saúde, os quais promoveram abaixo-assinados, ações nas ruas com faixas, cartazes e entrega da Carta aberta à população com o objetivo de sensibilização quanto às implicações da implementação desse modelo de gestão. Também foram realizadas audiências públicas sobre o assunto e ações judiciais para suspender o processo de privatização. Como uma das alternativas de gestão do hospital, colocou-se a possibilidade da Universidade Estadual de Feira de Santana em assumir de forma compartilhada a gestão do hospital.

## **CONCLUSÃO**

A gestão por meio de OS tem se mostrado frágil e incompatível com os princípios e diretrizes do SUS e, por isso, não se coloca como a solução dos problemas do hospital em questão. E é partindo dessa premissa e compreendendo que é a lógica da lucratividade e interesses que move a articulação entre o governo e as empresas privadas, que a sociedade vem passando por um processo de inquietação e repúdio a essa proposta, o que nos motiva a lutar por um sistema público, gratuito, de qualidade. Medidas para melhoria na qualidade do atendimento a fim de promover a integralidade do cuidado devem ser feitas, mas que sejam de controle público e com mecanismos de fortalecimento do SUS, exequível através de maior autonomia administrativa e financeira.

## **REFERÊNCIA**

PINTO, I. C. de M. 2004. Ascensão e queda de uma questão na agenda governamental: o Caso das Organizações Sociais da Saúde na Bahia. Universidade Federal da Bahia, Tese.

BAHIA. Secretaria da Administração do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.saeab.ba.gov.br/ProgramaHomeView.aspx?pagina=organizacoes-sociais>>. Acesso 01 Out. 2013.